

Em julho, houve redução da ocupação de leitos para atendimento a casos de Covid-19 e estabilidade no atendimento a demais atendimentos

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulga, nesta sexta-feira (20), a edição de agosto do Boletim Covid-19 com dados sobre o impacto da pandemia de Covid-19 no setor de planos de saúde. Nesta edição, o boletim registra novo aumento do número de beneficiários, atingindo 48,4 milhões de vínculos em planos de assistência médica. Os dados são referentes ao mês de julho de 2021 e mostram uma redução significativa na ocupação de leitos para atendimentos a casos de Covid-19, tanto os comuns quanto os de UTI, e estabilidade no atendimento a demais procedimentos. A relação entre receita e despesa das operadoras (sinistralidade) manteve-se em patamar similar ao período pré-pandemia e houve queda no número de reclamações relacionadas à Covid-19 registradas nos canais de atendimento da ANS.

[Clique aqui para acessar a publicação.](#)

O informativo é divulgado mensalmente pela ANS e reúne indicadores assistenciais e econômico-financeiros, coletados até julho de 2021, junto a um conjunto de operadoras que representa 74% dos beneficiários de planos de assistência médica. O Boletim Covid da ANS também apresenta uma prévia do número de beneficiários em planos de assistência médica em julho, além de dados sobre exames relacionados à Covid-19 realizados e as demandas dos consumidores registradas na ANS através de seus canais de atendimento.

Confira abaixo mais detalhes dos indicadores coletados.

Evolução de beneficiários

O número preliminar de beneficiários em planos de assistência médica no mês de julho apresentou um crescimento de 0,36% em relação ao mês anterior e atingiu 48.413.620 usuários. Considerando o tipo de contratação do plano e a faixa etária do beneficiário, observa-se que a variação se mantém positiva para os beneficiários acima de 59 anos em todos os tipos de contratação no período de um ano.

Informações assistenciais

Em julho, houve uma redução expressiva na proporção de leitos alocados exclusivamente para atendimento à Covid-19 dos hospitais da amostra, chegando a 26%, após ter alcançado os índices mais altos observados desde o início desse monitoramento nos meses de março e abril de 2021 (49%). A taxa mensal geral de ocupação de leitos – que engloba leitos comuns e UTI – também apresentou redução em relação a junho, passando de 73% para 70%, e se manteve abaixo dos 74% observados em junho de 2019 (período pré-pandemia). Essa queda está diretamente relacionada à taxa de ocupação de leitos alocados para Covid-19, que sofreu redução significativa em comparação ao último mês (passando de 69% para 56%), enquanto a taxa de leitos para outros procedimentos manteve-se estável, de 75% para 74%.

A ocupação de leitos de UTI para atendimento à Covid-19 apresentou redução de 15 pontos percentuais em relação a junho (de 76% para 61%), e a dos leitos comuns, redução de 14 pontos percentuais (de 64% para 51%). Os resultados observados na amostra, parece se relacionar diretamente com o aumento da vacinação contra a Covid-19 no país, que em 13/08/2021 contava com 160.056.922 milhões de doses aplicadas (somadas 1ª e 2ª doses), segundo dados do Ministério da Saúde.

Houve queda na quantidade de consultas em pronto-socorro que não geraram internações em relação ao mês anterior, que continua abaixo do observado antes do início da pandemia. Quanto à procura por exames e terapias eletivas (Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico - SADT), a emissão de autorizações para procedimentos de SADT em julho de 2021 ficou próxima ao patamar verificado em julho de 2019 (referência de período sem impacto da pandemia).

O custo da diária de internação com UTI para Covid-19 ficou 21% acima do custo para internação cirúrgica, porém houve queda no tempo de internação para Covid-19 tanto em leitos comuns como leitos de UTI, o que resultou em redução do custo total da internação de Covid-19 em relação ao observado no mês anterior.

Exames relacionados à Covid-19

Em relação a exames para detecção da Covid-19, após o pico ocorrido no mês de março de 2021, uma redução importante no número de exames de RT-PCR realizados no mês de abril de 2021, atingindo o total de 512.875. Em maio, o número caiu para 358.705. Também diminuiu o número de testes do tipo sorológico: foram 104.031 em abril e 52.416 em maio de 2021.

Cabe ressaltar que, em comparação com Boletins anteriores, números de competências passadas podem sofrer alteração. Isto porque exames ocorridos em determinado mês podem ser cobrados das operadoras nos meses subsequentes quando, somente então, serão enviados à ANS, conforme estabelecido no Padrão TISS.

Informações econômico-financeiras

Em relação aos indicadores econômico-financeiros, esta edição mostra que houve aumento no indicador de sinistralidade de caixa quando observados os meses de junho e julho de 2021, quando o índice ficou em 79% e 82%, respectivamente.

A publicação também registra a redução significativa do índice de sinistralidade de caixa no segundo e terceiro trimestres de 2020 em relação ao período pré-pandemia, e a taxa do ano ficou em 73% - oito pontos percentuais a menos que em 2019, quando a taxa ficou em 81%. As informações também mostram queda no total de operadoras médico-hospitalares com prejuízo (resultado líquido negativo): 157 operadoras em 2019, e 72 operadoras em 2020.

Em 2021, os dados também mostram aumento do índice de sinistralidade entre o primeiro e o segundo trimestres, evolução que reflete tendência de sazonalidade de mesmo período de 2019. Os dados do primeiro e do segundo trimestres de 2021 indicam que o indicador permanece em patamar inferior ao observado pré-pandemia (2019). Mesmo com o aumento da sinistralidade entre junho e julho de 2021, na prévia do indicador do 3º trimestre deste ano, a sinistralidade mostra estabilidade em relação ao trimestre anterior de 2021 e mesmo patamar em relação ao mesmo trimestre de ano pré-pandemia (3º trimestre de 2019). Como se observa nos demais dados deste boletim, com estabilização ou queda de taxas relacionadas a ocupação de leitos ou de procedimentos realizados, não há evidências, até o momento, de que a tendência deva se alterar.

Sobre inadimplência de planos com preço preestabelecido, em julho de 2021, observa-se estabilidade no valor de inadimplência de planos com preço preestabelecido se comparado com o mês anterior. Esse valor, assim como os percentuais de inadimplência para planos individuais/familiares e para coletivos, permanece próximo dos seus patamares históricos.

Demandas dos consumidores

Em julho, houve queda no número de reclamações relacionadas à Covid-19 registradas nos canais de atendimento da ANS. Foram 811 reclamações no mês e 1.113 reclamações em junho deste ano. Ainda em comparação ao mês anterior, as reclamações relacionadas à cobertura para os exames diagnósticos da Covid-19 reduziram 24,1%, enquanto as demandas sobre outras assistências afetadas pela pandemia (cobertura para atendimentos e procedimentos não relacionados à Covid-19) apresentaram aumento de 17,0%, aproximadamente. Já demandas não assistenciais sobre o tema apresentaram redução de cerca de 37,4%.

Com relação a temas gerais e relacionados à Covid-19, foram registradas na Agência 16.869 reclamações, passíveis de mediação pelo instrumento da Notificação de Intermediação Preliminar (NIP). O número é 3,5% maior que o registrado em junho deste ano e 11,9% maior que o total de atendimentos feitos em julho de 2020.

Ressalta-se que o dado apresentado considera os relatos de consumidores que cadastraram suas queixas na ANS, sem análise de mérito sobre eventual infração da operadora ou da administradora de benefícios à Lei 9.656/98 e seus normativos ou aos termos contratuais.

Importante destacar, também, que a intermediação de conflitos feita pela ANS entre consumidores e operadoras tem resolvido mais de 90% dessas reclamações, demonstrando a eficiência do instrumento empregado pela ANS, mesmo em um momento atípico, em razão da pandemia da Covid-19.

[Consulte o monitoramento diário das demandas sobre Covid-19.](#)

Sobre os dados

Para a análise dos indicadores assistenciais, a ANS considerou informações coletadas junto a uma amostra de 48 operadoras que possuem rede própria hospitalar. Para os índices econômico-financeiros, foram analisados dados de 97 operadoras para o estudo de fluxo de caixa e de 94 operadoras para análise de inadimplência.

Adicionalmente, na construção do boletim, foram utilizados dados do Documento de Informações Periódicas (DIOPS), do Sistema de Informações de Fiscalização (SIF), do Sistema de Informação de Beneficiários (SIB), do Padrão para Troca de Informação de Saúde Suplementar (TISS) e do ANS TabNet.

Através do Boletim Covid-19 – Saúde Suplementar, a ANS vem monitorando o comportamento e a evolução do setor de planos de saúde desde o início da pandemia. O objetivo é subsidiar a análise qualificada da Agência para a tomada de decisão sobre temas relacionados à Covid-19 e prestar mais informações à sociedade.

[Confira as outras edições do Boletim Covid-19.](#)

Fonte: ANS, em 20.08.2021.